

DISCURSO DO MINSTRO DAS INFRAESTRUTURAS,

JOÃO GALAMBA

Proposta de Orçamento do Estado para 2024

Encerramento do debate na Generalidade

Lisboa, Assembleia da República | 31 de outubro de 2023

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Os tempos mais recentes têm sido marcados por contextos particularmente exigentes. Episódios geopolíticos de tensão entre Estados e de conflitos armados constituem uma ameaça à paz e à vida de milhões de seres humanos. Estes episódios têm afetado também a estabilidade dos mercados internacionais, criando um cenário económico adverso, impactado por uma inflação galopante e pela subida das taxas de juro.

A política orçamental do governo tem sido, por esse motivo, cautelosa e responsável, mas sempre ciente da necessidade de garantir o reforço de rendimento das famílias e o crescimento económico – presente e futuro.

Pela primeira vez na nossa história recente, temos sido capazes de, simultaneamente:

- aumentar o salário mínimo e melhorar o salário médio
- reduzir a taxa de desemprego para metade
- reforçar as pensões e outras prestações sociais
- investir no Estado social e responder com apoios de emergência
- aumentar o investimento
- apresentar crescimento económico sistematicamente acima da média europeia (com exceção dos dois anos de pandemia)
- e melhorar as finanças públicas

Sim, conseguimos uma redução credível e consistente da dívida pública em percentagem do PIB, o que tem elevado sucessivamente o rating da república e reduzido a despesa com juros e melhorado as condições de financiamento da economia portuguesa, no setor público e no setor privado.

O Orçamento do Estado para 2024 pretende continuar a dar resposta à multiplicidade de desafios que enfrentamos e deve, portanto, ser avaliado enquanto estratégia global, devidamente ponderada.

Mas também com a ambição de ir:

- mais longe no aumento dos rendimentos;
- mais longe na redução do IRS;
- mais longe nos apoios sociais;
- mais longe no investimento e capacitação do país.

Não fazemos o impossível, mas temos feito o que muitos diziam e dizem ser impossível!

Ao contrário do que a oposição quis fazer crer ao longo do debate, este é o orçamento do reforço dos rendimentos, e é, como tem sido aliás todos os anos, um orçamento de alívio fiscal, e com uma aposta inequívoca no investimento que dá garantias para o futuro.

Aos argumentos de um PSD em desnorte, sem discurso, somos sérios na ambição e respondemos com determinação, acrescentando ao muito que já foi feito, o muito que, certamente, ainda falta fazer.

Mantendo as Contas Certas, que nos caracterizam, o Orçamento do Estado para 2024 prossegue e reforça a política económica escolhida pelo Governo, assente em três eixos fundamentais:

- o Reforço generalizado dos rendimentos;
- o Aumento e a aceleração do investimento Público e Privado;
- e a Preparação e a proteção para o futuro.

No capítulo dos rendimentos, este documento dá uma resposta séria a todos os portugueses. A descida transversal do IRS representa uma diminuição na cobrança deste imposto superior a 1700 M€. Recordamo-nos todos do agora pretérito “pacote fiscal” que não ia além dos 1200 M€.

Há de facto muito a separar-nos da oposição. A nossa responsabilidade e cautela, combinada com os nossos resultados económicos e orçamentais, permitem-nos superar até as suas maiores ambições.

Estas são medidas com impactos reais sobre trabalhadores e famílias. Veja-se o caso de um trabalhador sem filhos, com um salário de 1300 euros: em 2024 vai pagar menos 334 euros de IRS do que este ano.

Se compararmos com 2015 e os níveis de impostos que herdámos da direita, o mesmo trabalhador pagaria no próximo ano mais 963 euros. Já no caso de um casal com dois filhos e um rendimento mensal conjunto de 2000 euros, com este orçamento poupará 361 euros.

Vejamos ainda: um trabalhador do setor público que tenha um rendimento bruto mensal de 2141€: em 2024 terá, entre as valorizações salariais (+ 873€) e a redução de IRS (+ 385€), um ganho anual de 1258€ face ao que recebia em 2023.

Senhoras e senhores deputados,

Há sempre quem diga que esta ou aquela medida é insuficiente, mas quando as políticas e as medidas são apreciadas em conjunto, constata-se um reforço do objetivo pretendido, em particular o reforço do rendimento das famílias.

A Governação é, sem dúvida, um exercício complexo, no qual é preciso propor, executar e apresentar resultados. Na oposição, é mais fácil propor medidas, sem o mesmo nível de escrutínio, sem consequências, sem a responsabilidade da execução e sem a necessidade de prestar contas.

Ainda assim, o Governo do Partido Socialista tem sido sempre mais ambicioso e sério naquelas que têm sido as suas propostas, em particular em matéria de rendimentos.

Todos nos recordamos dos ataques feitos pela oposição, acusando o Governo de mentir relativamente ao aumento das pensões. Ora, aqui estamos hoje, passado um ano e, o aumento que se se dizia que não ia acontecer, não só aconteceu, como vai mesmo acontecer. Os cerca de 2,7 milhões de pensionistas vão beneficiar de uma atualização histórica nas suas pensões. Com esta atualização, desde 2015, o valor da pensão média aumentou cerca de 30%.

Mais do que isso, o aumento previsto de até 6,2% será superior aos valores de inflação registados. Por exemplo, um pensionista que recebe mensalmente 860 euros ganhará mais 403 euros.

Sim, senhoras e senhores deputados, o Governo cumpre as suas promessas e trabalha diariamente para melhorar a vida das pessoas.

Com o trajeto seguido até aqui, fica bem claro que rompemos com o modelo segundo o qual só existe competitividade com baixos salários, cortes na despesa pública e com recurso à redução cega e indiscriminada de impostos para as empresas.

Estamos mesmo a pôr em prática um conjunto de medidas e políticas que tornam possível mudar o paradigma salarial em Portugal - conscientes de que uma alteração desta natureza é de elevada complexidade e não se faz de um dia para o outro. E muito menos se faz com varinhas mágicas liberais ou com varinhas mágicas de sentido oposto, como demasiadas vezes, e infelizmente, se vê em alguns partidos à nossa esquerda.

Nos salários, desde 2015, já aumentámos mais de 62% o salário mínimo, com o incremento histórico para os 820 euros em 2024 e o salário médio já aumentou mais de 30%.

Mas não ficamos por aqui. Das melhorias salariais no setor privado aos aumentos salariais da administração pública continuamos e continuaremos sempre a apostar nos rendimentos.

Estamos com especial atenção aos jovens através do aumento dos descontos em sede do IRS, da devolução das propinas e com a gratuidade dos transportes públicos para os estudantes até aos 23 anos.

Reforçamos, ainda, os apoios sociais, incluindo o aumento do abono de família, do complemento solidário para idosos, os apoios para a habitação, entre outras medidas que dão uma resposta global ao desafio dos rendimentos para 2024.

O próximo Orçamento de Estado terá 2,3 mil milhões de euros em apoios às famílias com crianças, seja através do aumento do abono de família, do aumento da garantia para a infância ou do alargamento das creches gratuitas. São medidas que vão chegar a mais de um milhão de crianças e jovens.

Este valor (2,3 mil milhões) representa, do ponto de vista do apoio às famílias, mais do dobro do orçamento atribuído em 2015.

Veja-se o exemplo do abono de família, que aumenta 22 euros por mês por criança: um casal com dois filhos, até ao 4.º escalão e seis anos de idade, recebe, por ano, mais 528 euros em abonos de família.

Estamos a cortar ciclos de pobreza. Estes apoios aumentam os rendimentos das famílias, mas são também, e por isso, um investimento decisivo para o futuro do País.

Importa aqui clarificar a poeira que a oposição tenta lançar aos olhos dos portugueses. Neste Orçamento de Estado, o saldo entre a redução dos impostos diretos e o aumento de alguns impostos indiretos é na prática 1.000 milhões de euros, que vão ser devolvidos aos portugueses. Sim, há alívio fiscal. Sim, os portugueses vão pagar menos impostos.

Esta proposta de orçamento pretende dar uma resposta global e coerente, ambiciosa, mas credível, ao desafio dos rendimentos para o próximo ano. Este é o compromisso reforçado do Orçamento e é o compromisso deste Governo.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

O Orçamento do Estado para o próximo ano vem reforçar o investimento privado, nomeadamente com o incentivo à capitalização das empresas, mas também o investimento público para níveis históricos, com destaque para a saúde, educação, ambiente, infraestruturas, habitação e coesão territorial.

Sim, vamos aumentar e queremos acelerar os investimentos nas infraestruturas.

Este é mesmo o ano de reforçar as ligações ferroviárias no País.

Iniciaremos o investimento mais determinante no setor dos transportes das últimas décadas: a linha de alta velocidade entre Lisboa e Porto. Logo no arranque de 2024, lançaremos o concurso para construção do primeiro troço desta linha, que irá alterar, estruturalmente, a forma como nos deslocamos em território nacional.

Vamos ainda concluir os trabalhos de eletrificação nas Linhas do Algarve e do Oeste. Vamos concluir a construção da nova linha Évora-Elvas, além da reabertura da linha da Beira Alta e dos investimentos que continuam em vários pontos do país como na Linha do Norte, na Linha do Douro, e na linha de Cascais. Publicaremos, também, a versão final do Plano Ferroviário Nacional que ditará o planeamento da nossa ferrovia para os próximos anos.

Em 2024 teremos também a maior obra rodoviária de sempre financiada diretamente pelo Orçamento do Estado. O IP3 é uma obra da maior importância para a região centro e demonstra o compromisso do Governo com a coesão territorial.

Sublinho o foco que temos tido na concretização dos investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência como é o caso da duplicação de capacidade do IP8 em Sines, a variante à Estrada Nacional 125, em Olhão, e da Variante à EN14, entre Maia e Famalicão e somar-se-ão muitos outros investimentos aos aqui enunciados.

No próximo ano, teremos concluídos ou com obra em curso mais de 75% dos investimentos PRR dedicados à construção dos chamados *missing links* e à melhoria das acessibilidades rodoviárias às áreas de acolhimento empresarial.

Todas estas obras são vitais para o aumento da competitividade do tecido produtivo nacional, alavancando a entrada e saída de mercadorias de forma eficiente, permitindo uma redução de custos de contexto e contribuindo para a melhoria da competitividade das empresas que já cá estão e para a atração de novas indústrias.

A oposição tem criticado a distribuição de verbas do PRR entre o setor privado e o setor público. No entanto, esquecem-se de referir que grande parte do investimento público financiado se destina aos territórios, às empresas e aos cidadãos.

Se é verdade que não há economia sem empresas e sem empresários, não é menos verdade que dificilmente haveria empresas e muito menos empresas competitivas sem investimento em infraestruturas essenciais. E, já agora, sem estado social e sem investimento na proteção social. Um país bem infraestruturado, bem conectado – física e digitalmente –, mas também um país mais justo e coeso, é um país mais competitivo.

É no mínimo curioso que a oposição à direita continue a descrever o nosso país como sendo um destino semi-tenebroso que afugenta o investimento privado e, sobretudo, o investimento estrangeiro.

Mas a direita – a tradicional que atravessa uma desorientação existencial, a liberal que apregoa amanhã que cantam através de choques fiscais salvífico e a outra que desvaloriza sistematicamente, ou simplesmente nega, a realidade, porque não só o investimento privado tem sido um dos motores da economia, como Portugal tem atraído, de forma consistente, volumes crescentes de investimento direto estrangeiro.

E tem-no feito em múltiplos setores, com destaque para os setores da tecnologia e maquinaria, da aeronáutica e do aeroespacial, do digital e da vaga de industrialização verde induzida pela descarbonização.

Estes investimentos deixam bem claro que Portugal é, cada vez mais, um dos países europeus que mais cresce na atração de investimento estrangeiro e que está mais bem posicionado para tirar partido do ciclo de investimento associado às transições verde e digital e à necessidade de encurtar as cadeias logísticas e reforçar a autonomia estratégica europeia.

O líder da bancada parlamentar do PSD disse há tempos que era necessário trazer outra Autoeuropa para Portugal. Sr. Deputado é com muito gosto que o informo que o Governo tem trazido várias Autoeuropas para Portugal.

Para dar alguns exemplos, em Sines, temos em curso 1) a construção de um data center, que representa o maior investimento privado desde a Autoeuropa, 2) o projeto da Galp para a descarbonização da sua refinaria e 3) o projeto da Repsol na sua fábrica de polímeros. Estes três investimentos representam uma verba superior a 5 mil milhões de euros e a criação de milhares de postos de trabalho.

Outro exemplo bem recente é o do anúncio da ligação entre os Estados Unidos da América e Portugal através de novos cabos submarinos. São projetos como este que sedimentam todo o trabalho que o Governo tem feito para colocar o nosso país como uma porta de entrada de conectividade e para a atração de investimentos suplementares em setores tecnológicos para uma transformação digital que represente uma verdadeira oportunidade económica e industrial para Portugal.

A estratégia de Portugal na área da transição energética e digital tem funcionado como verdadeiro catalisador para o investimento, para a fixação de trabalhadores altamente qualificados e para reforçar e atualizar a oferta formativa existente no nosso país.

As agendas mobilizadoras do PRR representam um bom exemplo dessa visão para o crescimento da economia a médio e longo prazo com a concretização de investimentos de elevado valor

acrescentado, que vão dar um forte contributo para reforçar a dinâmica de transformação e qualificação do nosso tecido produtivo, melhorar a nossa competitividade e, por essa via, subir de forma mais significativa o nível salarial em Portugal.

No caso do setor portuário, teremos a Agenda Nexus que visa a transição digital e energética do setor dos transportes e da logística, mais concretamente no corredor logístico de Sines. Também a agenda *H2 Driven*, que visa a instalação de uma central de produção de metanol verde em Mangualde e o seu transporte através da ferrovia até ao Porto de Leixões, vai servir como acelerador da descarbonização do transporte marítimo.

O setor portuário, pela sua relevância para a cadeia de valor industrial e logística e pelo seu contributo para a competitividade do leilão eólico offshore, merecerá também especial atenção, com um plano de investimento dedicado e devidamente calendarizado para permitir a captação de indústrias, incluindo a construção naval e a fabricação de equipamentos, potenciando, assim, o desenvolvimento e construção dos parques eólicos offshore e a criação de um cluster fortemente exportador, seja em bens, seja em serviços de elevado valor acrescentado.

A aposta na ferrovia assume cada vez mais relevância na nossa economia e na logística. Esta aposta não é abstrata. Além da agenda *H2 Driven*, também o projeto do Porto Seco da Guarda e o

aumento da capacidade ferroviária no Porto de Setúbal são símbolos do trabalho deste Governo que tem uma visão integrada e multimodal do sistema de transportes e da sua relação com a economia nacional. A expansão do Porto de Leixões vai acontecer a mais de 200kms, na Guarda. É um projeto que permite aumentar a capacidade do Porto de Leixões, reforçando, em simultâneo, a ligação entre o litoral e o interior do país. E será, sem dúvida alguma, um importante polo económico e logístico na região, criador de emprego e indutor de investimento.

Sim, o Governo do Partido Socialista tem mesmo uma estratégia de crescimento para a economia nacional, alicerçada na relação simbiótica do investimento público, das qualificações e da atração de investimento em setores de alto valor acrescentado.

Como referiu, recentemente, o estudo internacional que analisa as tendências recentes do Investimento Direto Estrangeiro, Portugal encontra-se na 6ª posição do ranking, à frente do paraíso da Iniciativa Liberal, a Irlanda.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Este é mesmo um Governo que investe, quer investir mais e, não menos importante, quer investir mais rápido e tomar decisões

para o futuro, incluindo, como é evidente, em infraestruturas. Além das obras ferroviárias e rodoviárias e do planeamento dos investimentos portuários, temos e teremos em curso melhorias na rodovia e no Aeroporto Humberto Delgado e tomaremos uma decisão que tem estado indefinida há mais de 50 anos. Sim, decidiremos mesmo a localização do novo aeroporto.

Tudo isto, em conjunto, avança numa lógica integrada, tornando Portugal mais competitivo. E, apesar da oposição à direita não perceber, estas medidas também ajudam as empresas a serem mais competitivas.

Construir soluções é o que este Governo tem feito e vai continuar a fazer. Só desta forma é possível testemunhar o que tem sido o aumento do investimento público, o aumento do investimento privado e o aumento do investimento estrangeiro.

O Governo reforçará também o apoio às nossas empresas que, em 2024, vão poder contar com a duplicação do valor de garantias do Estado às empresas no crédito à exportação, reforçando a sua capacidade noutros mercados.

Daremos continuidade à aposta na transição energética, reforçando a nossa soberania energética, com recurso ao aumento e aceleração da potência instalada. Esta é uma das reformas estruturais em curso mais importantes, não apenas para a

sustentabilidade ambiental e climática, mas, no caso concreto de Portugal, enquanto oportunidade económica e industrial, que permitiu ter poupanças muito significativas durante a crise energética e que é, e, será cada vez mais, um fator determinante para a atração de investimento e para a competitividade presente e futura do país.

A aceleração do investimento público e privado, a aceleração da execução do PRR e do PT2030, passam, também, por reformas como o simplex ambiente, o simplex dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria, aprovado neste mês de outubro, e por alterações e melhorias na contratação e execução de obras públicas, em particular no setor das infraestruturas ferroviárias. O pacote SIMPLEX é determinante para a simplificação e desburocratização de procedimentos e servirá, certamente, como acelerador do crescimento, do investimento e do emprego para as empresas, na medida em que elimina encargos administrativos e reduz custos de contexto.

Sr. Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Permitam-me citar sua Excelência, o Presidente da República: “Este orçamento segue a única estratégia possível”.

E, com a permissão do Senhor Presidente, acrescento: e é mesmo um bom orçamento.

Com este orçamento, reafirmamos, renovando e inovando sempre que necessário, a nossa visão de médio e longo prazo e a relevância das contas certas num contexto de elevada incerteza.

Pela primeira vez, desde 2009, as previsões colocam a dívida pública portuguesa abaixo dos 100% do PIB. Acresce que, em 2023, Portugal apresentou os juros da dívida a 2 anos mais baixos em toda a zona. Um momento histórico, mas que está longe de ser aleatório. É mais uma prova clara e inequívoca do compromisso deste Governo com as contas certas e com a responsabilidade orçamental, bem como o reconhecimento – interno e externo da credibilidade desse compromisso.

Apenas com contas certas seremos capazes de garantir qualidade de vida aos portugueses, um presente sustentável para as pessoas e empresas que cá investem e um futuro melhor para as nossas crianças e nossos jovens que têm o direito de concretizar as suas aspirações pessoais e profissionais no nosso país.

As contas certas não são um fim em si mesmo. São o instrumento que nos permite, de forma gradual e consistente, sem retrocessos, cumprir uma agenda de recuperação e aumento de rendimentos, seja por via dos salários e pensões, seja por via da redução dos

impostos sobre o rendimento, e de recuperação e aumento do investimento com o objetivo de construir um país melhor, mais solidário, mais justo, mais competitivo.

É importante reforçar a ideia de que se não tivéssemos feito este esforço de redução da dívida e nos mantivéssemos no nível de 2015, isso significava que teríamos um encargo adicional com juros de 2.300 milhões de euros em cada orçamento, obrigando cada português a pagar mais 230 euros por ano.

Esta poupança é o que nos permite aplicar medidas como o aumento das pensões e a redução do IRS e, por isso, era importante que os partidos à esquerda e à direita explicassem aos portugueses como iriam implementar as medidas que apregoam, sem colocar em causa o futuro de todos nós.

Tendo em conta a incerteza existente, esta é a altura certa para preparar o futuro assegurando que parte dos excedentes de hoje e excedentes futuros são, em parte, uma garantia da manutenção da capacidade de investimento futura. E é isso que estamos a fazer com a criação do Fundo para o Investimento. Criar um fundo que pretende garantir a manutenção da capacidade de investimento após o período do PRR e após o mandato do atual governo é (mais) uma prova de que este orçamento, procurando ser ambicioso na

resposta aos problemas e desafios do presente, acautela definitivamente o futuro.

Senhoras e Senhores Deputados,

Encerramos aqui o debate na generalidade do Orçamento de Estado para 2024. O orçamento do alívio fiscal, da melhoria dos rendimentos, com Contas Certas, e do reforço e aceleração do investimento.

Ao contrário do que diz a oposição, que dispara para todos os lados, promete tudo a todos, este é um orçamento responsável, mas ambicioso, que vem ao encontro das necessidades das famílias, das empresas, das necessidades presentes e futuras do país.

Um orçamento de melhoria de rendimentos e redução de impostos. Um orçamento de obra, Investimentos e de Execução.

Este é o Orçamento de que o país precisa. Um orçamento que aumenta os rendimentos, promove o investimento e garante o futuro.

Este é o orçamento para os portugueses.

Obrigado.

